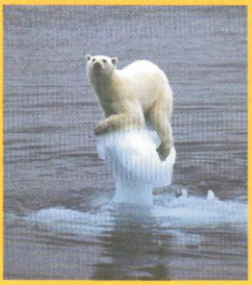
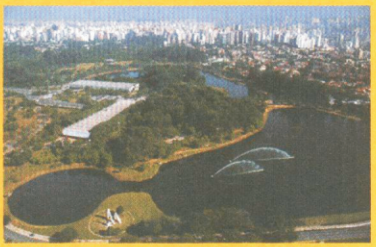
GILBERTO NATALINI

O AQUECIMENTO GLOBAL E A CIDADE DE SÃO PAULO

o que nós temos a ver com isso





Dicas para a sustentabilidade

colaboração

ANTONIO CARLOS MENDES THAME

2010

PREFÁCIO

A humanidade enfrenta a mais séria ameaça de sua história: a continuidade da vida no planeta Terra. Diversos estudos científicos concordam que o aquecimento global põe em risco todas as formas de vida existentes, como as conhecemos. Em pouco tempo, o dano causado pelo homem na atmosfera pode se tornar irreversível.

Já há consenso científico para afirmar a necessidade de serem tomadas medidas eficazes e imediatas para evitar que a temperatura na superfície do globo terrestre suba mais que 2°C, em média, até 2050, evitando que a concentração de CO2 na atmosfera ultrapasse 450 ppm (partes por milhão). Hoje já existe um acúmulo de 385 ppm de CO2 na tênue atmosfera que recobre e dá vida ao planeta.

Ou seja, o que se propõe atualmente para evitar efeitos catastróficos é, além da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a eliminação do excesso desses gases acumulados na atmosfera nos últimos 100 anos.

Para que isso aconteça, a ação responsável de cada um de nós é grande, principalmente de quem reside em grandes cidades e metrópoles, que concentram as maiores populações do globo. A subsistência só será possível se houver controle do consumo de recursos naturais e dos insumos industriais e energéticos. A economia moderna tem também seus centros decisórios nas cidades. É para as cidades que tudo reflui e é direcionado. A civilização humana e, principalmente, a sociedade moderna, depende dessa dinâmica urbana, que pode e deve influenciar decididamente no controle ambiental, em defesa da vida na Terra. Cerca de 75% da energia mundial é consumida nas cidades.

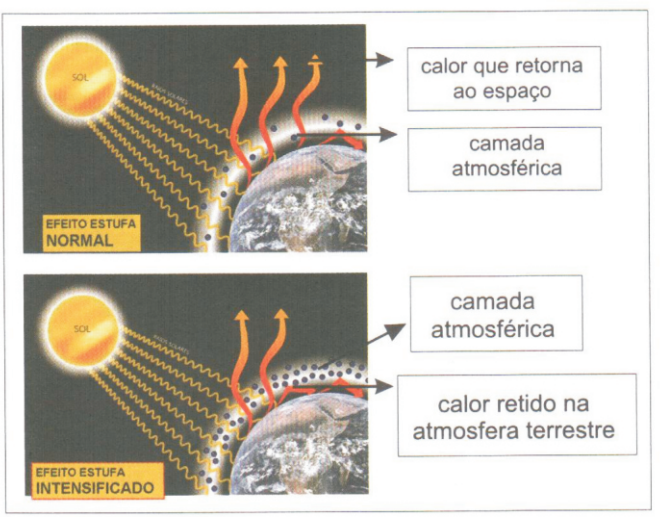
Nosso alerta aqui tem o propósito de divulgar e sensibilizar as pessoas para o tema e, com esperança, prepará-las para uma ação consciente e eficaz.

Gilberto Natalini
Antonio Carlos Mendes Thame

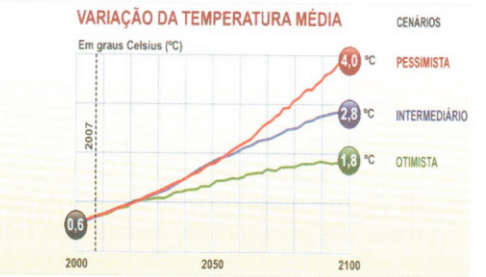
Introdução

Efeito Estufa: Os raios solares penetram a atmosfera da Terra, aquecendo sua superfície, que reflete o calor de volta para a atmosfera e para o espaço.

Essa fina camada atmosférica está ficando mais espessa em conseqüência da enorme quantidade de dióxido de carbono e outros gases-estufa produzidos pelo homem. A atmosfera mais densa retém grande parte da radiação infravermelha que deveria escapar e se irradiar para o espaço. Como resultado, a temperatura da atmosfera terrestre - e também dos oceanos - está ficando perigosamente mais alta, transformando a Terra em uma grande "estufa".



O efeito estufa, mesmo sendo um fenômeno natural, é graças a ele que o Planeta Terra tem vida, porém o grande problema é o agravamento causado pelas atividades humanas. Em 150 anos de história da vida humana no planeta, a temperatura já subiu 0,8ºC. Veja a seguir o gráfico de previsões do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima):



Mudanças Climáticas: O que parece pouco, não é. As mudanças climáticas passaram a ser percebidas em todo o mundo, através do aumento das temperaturas; derretimento das geleiras; aumento do nível do mar; fatos que foram evidenciados no relatório divulgado em 2007 pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima).

O IPCC é o comitê de climatologistas das Nações Unidas e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2007 juntamente com Al Gore (ex-vice-presidente dos Estados Unidos e autor do livro "Uma Verdade Inconveniente", que se tornou documentário vencedor do Oscar em 2008). O Professor Carlos Nobre, dentre outros cientistas, representa o Brasil neste Comitê.

Enchente nas cidades

Segundo uma das conclusões do relatório do IPCC, no mundo desigual, as mudanças climáticas irão aumentar ainda mais as desigualdades. Paises em desenvolvimento, com populações pobres, serão os que vão sofrer mais as conseqüências.

Derretimento de geleiras

seca no Rio Negro

Mudanças Climáticas no Brasil

O Brasil é vulnerável principalmente em relação à agricultura e à segurança alimentar: nas áreas mais secas, vai haver uma tendência de salinização e desertificação. A produtividade em algumas culturas vai decrescer (mostrando uma queda de área potencial para a agricultura de milho, feijão, arroz, soja, e café). Há quem preveja que o café praticamente desaparecerá do Estado de São Paulo, ficando restrito a áreas como as serras da Mantiqueira e do Mar.

Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar interferirá nos ecossistemas terrestres – manguezais, Mata Atlântica e restinga remanescentes – e também na redução dos recursos naturais, já escassos pela ação humana, com agravante na perda considerável de território para o avanço do mar em direção ao continente. O aquecimento do mar também provocará desequilíbrio dos ecossistemas marinhos, com redução dos recifes de corais e, conseqüentemente, dos recursos pesqueiros. Estes serão impactos de extrema gravidade, dado que grande parte das concentrações habitacionais se distribuem pelas regiões costeiras e delas sobrevivem.

O ranking dos maiores emissores de gases do efeito-estufa (GEE)

conta com China em 1º lugar; EUA em 2º; Rússia em 3º; Índia em 4º e Japão em 5º lugar (Fonte: *Carbon Budget and Trends 2007*). No quesito de emissões urbanas (quantidade de GEE emitida pelas cidades ao queimar combustíveis fósseis como petróleo e carvão), o Brasil fica em 18º lugar por ter matriz energética baseada em hidrelétricas, que são consideradas fontes renováveis e de baixa emissão de carbono.

No entanto, por essa mesma razão, precisamos de políticas públicas, que, decisivamente, incentivem a eficiência energética, minimizem as perdas da energia gerada na distribuição e no consumo, reduzam o consumo de combustíveis fósseis, privilegiem as novas tecnologias de produção de energia limpa (como eólica, solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas) e a geração descentralizada.

Além disso, há a necessidade de elaborar um Mapa de Vulnerabilidades e Riscos face às Mudanças Climáticas e adotar um Plano Nacional de Adaptação e de Mitigação dos Efeitos das Mudanças do Clima. As cidades brasileiras precisam adotar políticas de sustentabilidade e de adaptação das mudanças do clima.

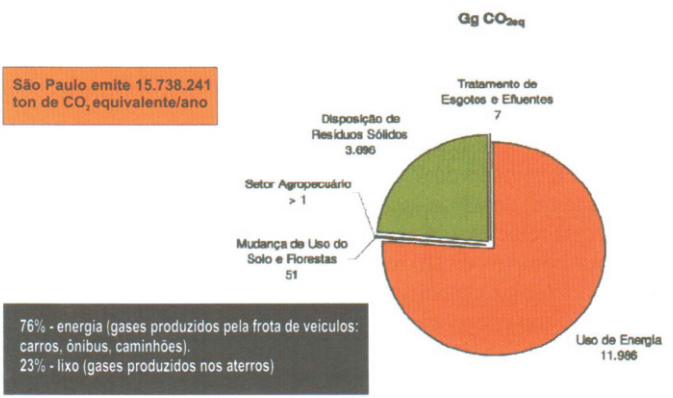
Corte de árvores

Queimada

Quando as emissões provocadas pelo desmatamento entram na conta, o Brasil salta para a 4ª posição da lista. Estima-se que o Brasil emita, atualmente, 300 milhões de toneladas/ano de carbono, dos quais apenas 90 milhões resultam da queima de combustíveis fósseis (de acordo com o Professor Goldemberg, "apenas 25% das emissões do país vêm dos combustíveis fósseis, todo o resto vem do desmatamento de acordo com os dados do último - e único - inventário de carbono do país, com dados de 1994"). A situação do país seria extremamente positiva, não fossem as queimadas, especialmente na região Amazônica, que transformam o país numa chaminé de carbono.

E em São Paulo, o que temos?

Como podemos observar no gráfico abaixo (constante do Inventário de Emissões do Município de São Paulo), mais de 75% das emissões de gases de efeito-estufa são pelo uso de energia, fundamentalmente por gases vindos dos canos de escapamento da



frota de veículos da cidade (gasolina e óleo diesel).

Para combater este problema, São Paulo iniciou o Programa de Inspeção Veicular; o Rodízio de Caminhões no Centro Expandido e a luta pelo Diesel Limpo. O objetivo é melhorar a qualidade de vida do cidadão, pois todo ano 3,5 mil pessoas morrem na cidade de São Paulo devido à má qualidade do ar, segundo dados do Professor Paulo Saldiva (FMUUSP).

Já em relação aos 23,4% de emissões de GEE originárias do lixo, São Paulo resolveu o problema. Os aterros sanitários Bandeirantes e São João possuem sistemas de captação dos gases produzidos pela decomposição do lixo urbano, principalmente o gás carbônico e o metano, para a geração de energia elétrica. Os projetos de São Paulo são os maiores do mundo na área de saneamento aprovados pelo MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto), correspondendo a 66% do total de créditos de carbono gerados globalmente neste segmento.

Portanto, numa única iniciativa, a cidade já reduziu mais de 20%

das suas emissões de GEE!

A Câmara Municipal de São Paulo, por iniciativa do prefeito Gilberto Kassab, e do Secretário do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge, aprovou em julho de 2007 uma lei que torna obrigatória a instalação do sistema de aquecimento de água por meio do uso de energia solar nas novas edificações.

Ainda em 2007, a Prefeitura de São Paulo, em parceria com o governo do Estado, lançou a Operação "Defesa das Águas", um conjunto de medidas da Prefeitura de São Paulo para controlar, recuperar e urbanizar os mananciais Guarapiranga, Billings e seu entorno.

Teve início a revisão do Plano Diretor da Cidade em outubro de 2007. Importante destacar que o Plano Diretor, por seu caráter estratégico, está relacionado às questões mais gerais do ordenamento da cidade, tais como as diretrizes e os instrumentos urbanísticos, não dispondo sobre temas específicos como o zoneamento da cidade, os perímetros das zonas especiais de interesse social e os estoques de potencial construtivo adicional.

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ainda no dia 03 de junho de 2009 o Projeto de Lei 530/08, que cria a Política Municipal de Mudança do Clima e dá instrumentos legais para o município de São Paulo prevenir e combater o aquecimento global e as mudanças climáticas.

O Estado de São Paulo, por iniciativa do Governador José Serra, aprovou na Assembléia Legislativa no dia 09 de novembro de 2009 a Política Estadual de Mudanças Climáticas, tendo como meta de redução, em todos os setores da economia, de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base o ano de 2005.

Esses projetos são modelares e deverão servir de exemplo para outras cidades, atendendo ao disposto na Conferência sobre Mudança do Clima, realizada em Poznan (Polônia) em dezembro de 2008, com o estabelecimento de novas metas para redução dos GEE. A meta anterior previa redução de 5,5% do volume emitido em 1990 até o ano de 2012 – objetivo que não será atingido. Agora a necessidade é de obter uma redução de 50% sobre a emissão de 1990, até o ano de 2050.

Pensar globalmente e agir localmente.

Tem sido esta uma premissa da consciência ecológica e da ação promotora da sustentabilidade: pensar globalmente e agir localmente.

A cidade de São Paulo insere-se no contexto do Estado de São Paulo, que se articula com os demais Estados da Federação, no âmbito da União, e os desafios das mudanças climáticas deverão ser enfrentados também quanto à ação concertada entre as Nações.

Ações para o dia-a-dia consciente: Faça a sua parte!

Recicle no trabalho, em casa, separando o lixo orgânico do material reciclável, acondicionando-os separadamente.

Acondicione adequadamente o óleo de cozinha usado e encaminhe para uma central de coleta, caso contrário ele permanecerá retido no encanamento, podendo entupir a tubulação e acabar nos cursos d'água, afetando a fauna aquática. Se for depositado no solo, irá impermeabilizá-lo com o tempo, impedindo a infiltração da água e até mesmo ocasionando enchentes e erosão.

Não jogue pilhas ou baterias de celulares usadas no lixo comum. Procure a adesão de vizinhos, mobilize a administração do condomínio ou do bairro, para centralizar a coleta e tornar efetiva e disseminada essa atitude.

A cidade de São Paulo tem números enormes em relação ao lixo. Cada paulistano produz 1,2 kg de lixo por dia. Para ajudar a salvar o planeta e colaborar diretamente com sua cidade, administradores de condomínios e famílias que residem nas cidades devem contatar as subprefeituras, informando-se de como e onde disponibilizar o material reciclável, pilhas, baterias, óleo de cozinha, etc.

É também muito importante ficar atento ao lixo eletrônico, os aparelhos domésticos que, obsoletos ou inúteis, começam a ser descartados de qualquer maneira. Computadores, televisores, celulares.

Procure reduzir o uso de embalagens, pois embalagem pequena é sinônimo de desperdício de água, combustível para transporte e de recursos naturais escassos ou não renováveis. Prefira as embalagens maiores, de preferência com refil.

Evite a compra de água em garrafinha de PVC, induza a limpeza e higienização repetidas de caixas d'água e prefira instalar filtros em sua residência. Nos países desenvolvidos, já existem movimentos populares para abolir ou reduzir o uso de água engarrafada, por ser antiecológico. A contaminação de fontes de água e muito rápida e freqüente; via de regra, o consumo de água da torneira é mais seguro do que o consumo de água engarrafada. É conveniente conhecer os sistemas de abastecimento público de água e assegurar-se da qualidade da água fornecida para consumo humano.

Não desperdice água. Procure fechar as torneiras quando estiver se ensaboando, fazendo a barba ou escovando os dentes. Evite vazamentos em bicas, torneiras, chuveiros e aparelhos sanitários. Procure lavar carros e calçadas usando o balde e porções controladas de água, evitando as mangueiras.

Utilize sua própria sacola quando for às compras – garrafas pet e sacolas de plástico descartável são umas pragas para o meio ambiente.

Leve caixa de papelão para acondicionar suas compras, caso estas sejam volumosas e se estiver com condução própria.

Troque as lâmpadas incandescentes por lâmpadas frias (fluorescente ou LED), por serem mais eficientes.

Pratique o transporte solidário, pois a redução das emissões de CO2 nos grandes centros urbanos está diretamente relacionada ao transporte de passageiros. Combustível e pneus são altamente poluentes e um sistema viário eficiente é necessário. Se cada automóvel levasse, além do motorista, sua lotação completa (vizinhos, colegas de trabalho), já seria uma boa contribuição. Esse tipo de transporte exige programação, mas gera economia.

Plante árvores! Uma única árvore quando adulta absorverá uma tonelada de dióxido de carbono ao longo de sua existência. Plante árvores no seu jardim ou inscreva-se em programas de ONG's que promovam o plantio de árvores ou reflorestamento. Estimule essa prática quando e onde puder!

Iniciativas do Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame

Mendes Thame tem inúmeras proposições apresentadas na Câmara Federal, resultantes de ações parlamentares e políticas desenvolvidas em prol de São Paulo e da sustentabilidade ambiental de nosso País. Entre elas:

- PL 5304/1990 - Foi um dos primeiros deputados a apresentar projeto de lei instituindo normas e limites sobre a qualidade do ar nos centros urbanos.

- PL 1300/1991 - Com a participação do Dr. Paulo Afonso Leme Machado, foi autor de substitutivo ao projeto de lei de localização dos depósitos de rejeitos nucleares (lixo atômico), posteriormente aprovado.

- PL 6983/2002: - Foi o primeiro parlamentar a apresentar projeto de lei determinando o uso do biodiesel no país.

- PL 1834/2003 - Inclui a Auditoria Ambiental entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

- PL 545/2003 - Cria os Comitês Florestais.

- PL 591/2003 – Regulamenta a profissão de Ecólogo

- PL 5067/2005 - Dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

- PL 6615/2006 - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais à reciclagem.

- PL 6884/2006 - Altera a pena cominada a crimes ambientais.

- PDL 02/2007 – Dispõe que o Congresso Nacional adote um sistema de compensação de suas emissões de dióxido de carbono

- PL 523/2007 - Institui a Política Nacional de Energias Alternativas

e dá outras providências. Altera as Leis nºs 8.001/1990 e 9.648/1998.

■ PL 261/2007 - Dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC

■ PLP 73/2007 – Propõe, juntamente com o deputado Luiz Carlos Hauly, uma Reformulação Tributária Ecológica, a fim de regulamentar o artigo 146-A da Constituição Federal, instituindo os princípios da essencialidade e do diferencial tributário pela sustentabilidade ambiental, a oneração sobre as emissões de gases de efeito estufa, cria a taxação sobre o carbono ("carbon tax") na forma de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para a sustentabilidade ambiental e a mitigação do aquecimento global.

■ PL 2161/2007: Dispõe sobre a "economia das florestas", instituindo o Programa de Apoio à Preservação de Florestas - PRÓ-FLORESTA.

■ PEC 224/2008 - Modifica a redação do artigo 243 da Constituição Federal – Dispõe sobre expropriação de glebas da Amazônia legal que desrespeitem a obrigação legal de preservar intocados oitenta por cento de sua área de florestas nativas, a exemplo de como já é previsto para glebas em qualquer região do País onde haja culturas ilegais de plantas psicotrópicas e o confisco de equipamentos, instrumentos, veículos, embarcações e aeronaves que sirvam à pratica de ilícitos ambientais, que reverterão para o custeio da prevenção, fiscalização, controle e repressão destes.

■ PL 2735/2008 - Dispõe sobre medidas de incentivo fiscal à reciclagem, com vistas a preservar e reduzir o uso de recursos naturais escassos, a minimizar a poluição e a diminuir a quantidade de lixo no meio urbano

■ PL 3108/2008: Fixa limites de emissão de poluentes por motores de máquinas móveis não rodoviárias e veículos similares.

■ PL 3809/2008: Regulamenta a profissão de Ecólogo

■ PL 4798/2009: Institui o Código Brasileiro de Sustentabilidade Energética.

■ PL 4619/2009: Dispõe sobre a obrigatoriedade de recomposição de áreas de preservação permanente desprovida total ou parcialmente de vegetação nativa nas propriedades ou posses rurais e dá outras providências.

Antonio Carlos Mende Thame é deputado federal pelo PSDB. Foi eleito para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, onde se destacou pelas teses em defesa do meio ambiente e na redação do capítulo sobre Meio Ambiente, da Constituição da República de 1988. Foi Prefeito de Piracicaba (1993-1996) e Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, nos governos de Mario Covas e Geraldo Alckmin. É engenheiro agrônomo formado pela ESALQ - Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (USP) e professor licenciado de Economia na mesma faculdade.

Foi o primeiro Presidente do Comitê das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Sua atuação parlamentar está centrada nas questões ambientais, da sustentabilidade e da nova economia de baixo carbono. Participa de foros internacionais de: a) discussões para a elaboração do tratado internacional que irá substituir o Protocolo de Quioto em de 2012;); b) sobre desmatamento evitado (REDD); c) dos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL). É autor de diversos projetos de lei sobre temática ambiental, dentre os quais se destacam a formulação de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, estímulos à Economia da Floresta, e a proposição pioneira de taxação das emissões de carbono no Brasil, para desestimular o uso intensivo de fontes fósseis para geração de energia e na produção de bens e serviços. Defende vigorosamente a matriz energética brasileira limpa e o uso de fontes limpas para geração de energia, como os parques eólicos e os biocombustíveis. É conhecido também pelo programa que apresenta aos domingos na Rede Vida, Viver Sustentável.

ASSISTA AO PROGRAMA:

Aos domingos, às 20h30,
na **Rede Vida de Televisão**.
e-mail: contato@viversustentavel.net

VIVER
Sustentável

Iniciativas do Vereador Gilberto Natalini:

■Reuso de Água (Lei nº 13.309/02 e Decreto nº 44.128/03);

■PR 025/2003 – Cria o Fórum Paulistano de Mudanças Climáticas, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

■PAMPA - Programa de Aproveitamento de Madeira de Poda de Árvores (Lei 14.723, de 15 de maio de 2008);

■PL 363/2007 – Institui o PROMA - Programa de Monitoramento Ambiental.

■PL 275/2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Municipal de Descarte, Coleta, Armazenamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras - REÓLEO, proíbe o descarte desse tipo de material nas condições que especifica, dispõe sobre a conscientização da população sobre o tema.

■PL 274/2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Incentivo de Uso de Tijolo Ecológico.

■PL 623/2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa 'Edifício Seguro'.

■PL 622/2008 – Dispõe sobre a Concessão de Isenção Parcial de IPTU incidentes sobre imóveis que sejam construídos ou adaptados com as medidas de Proteção Ambiental que especifica e institui o Programa Edificação Ecológica.

■PL 84/2009 – Institui Programa para Implantação de Lâmpadas cujo funcionamento seja com base na utilização de energia fotovoltaica

■PL 200/2009 – Dispõe sobre Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Saúde e Hospitalares.

"Se não pode mudar todo o mundo, mude pelo menos o seu mundo".

Giles Stevens

Reserve a data de 12 de maio de 2010 na sua agenda: 9ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo – Memorial da América Latina.

www.natalini.com.br
www.mendesthame.com.br

Gilberto Tanos Natalini, Vereador do Município de São Paulo pelo PSDB-SP, está em seu terceiro mandato. Médico Cirurgião Geral, formado pela Escola Paulista de Medicina em 1975. É especialista em Gastrocirurgia e membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva; foi Secretário Municipal de Saúde do Município de Diadema/SP; exerceu o cargo de presidente do CONASEMS.
Eleito Vereador por São Paulo em 2000; é proponente e organizador da Conferência Municipal de Produção Mais Limpa, desde 2002; Secretário Municipal de Participação e Parceria da Cidade de São Paulo, a convite do ex-Prefeito José Serra; Membro da CPI do Passivo Ambiental da Câmara Municipal em 2006; Presidente da Comissão de Estudos para Apreciar os Problemas, Impactos e Discutir a Relação entre Causas e Efeitos no Aquecimento Global e a Cidade de São Paulo, em 2007; Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal de São Paulo em 2009.

Antonio Carlos de Mendes Thame é Deputado Federal (PSDB-SP). Foi prefeito de Piracicaba-SP e Secretário de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. É engenheiro agrônomo, professor do Departamento de Economia da ESALQ/USP (licenciado) e advogado (PUC - Campinas)

www.natalini.com.br
www.mendesthame.com.br

Para solicitar gratuitamente mais exemplares desta cartilha:

São Paulo: (11) 3396-4405
natalini@camara.sp.gov.br

Brasília: (61) 3215-5624
dep.mendesthame@camara.gov.br
dep.mendesthame@terra.com.br
thamesp@terra.com.br